

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

NON FORMAL EDUCATION IN SOCIAL INSTITUTIONS

LA EDUCACIÓN NO FORMAL EN LAS INSTITUCIONES SOCIALES

Maria da Glória Gohn*
mgohn@uol.com.br

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: GOHN, M. G. Educação não formal nas instituições Sociais. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>

RESUMO: O artigo aborda a temática da educação não formal a partir de seis questões, a saber: a delimitação do conceito, o campo de abrangência, problemas relativos à metodologia de aplicação, o educador social, o perfil do educador, e os locais onde se desenvolvem as práticas da educação não formal. Ao final, apresenta-se uma lista bibliográfica de livros e textos que abordam ou referenciam a temática.

Palavras-chave: Educação Não Formal. Aprendizagem. Educador Social.

ABSTRACTS: The article discusses the theme of non-formal education from six issues, namely: the delimitation of the concept, scope, problems concerning the methodology of implementation, social educator, educator's profile, and the places where develop practices of non-formal education. The end presents

a bibliographical list of books and texts that discuss or refer to the topic.

Keywords: Non-Formal Education. Learning. Social Educator.

RESUMEM: El artículo aborda el tema de la educación no formal de seis temas, a saber: la definición del concepto, el alcance del campo, los problemas relativos a la aplicación de la metodología, educador social, el perfil del educador, y los lugares donde se desarrollan prácticas de la educación no formal. Al final se presenta una lista bibliográfica de libros y textos que tratan sobre el tema o hagan referencia.

Palabras clave: Educación No Formal. El Aprendizaje. Educador Social.

* Professora Titular da UNICAMP. Pesquisadora 1A CNPq.

1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO

Neste estudo, discorro sobre o fato de que um dos grandes desafios da “educação não formal” tem sido defini-la, caracterizando-a pelo que é. Usualmente, ela é definida pela negatividade – pelo que ela não é. Para chegar ao conceito que construímos, vamos demarcar os sentidos e significados que têm sido atribuídos à educação não formal, bem como as polêmicas que estes têm gerado. A posição mais usual é que a contrapõe a educação não formal à educação formal/educação escolar. Quando abordo a educação não formal, a comparação com a formal é quase que automática. O termo “não formal” também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre esses conceitos. Em princípio, é possível demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no bairro, no clube, durante o convívio com os amigos etc. –, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente por intermédio de espaços e ações coletivas cotidianas.

A educação não formal não tem o caráter formal dos processos escolares, normatizados por instituições superiores oficiais e certificadoras de titularidades. Difere da educação formal porque esta última possui uma legislação nacional que normatiza critérios e procedimentos específicos. A educação não formal lida com outra lógica nas categorias espaço e tempo, pelo fato de não ter um *curriculum* definido *a priori*, quanto a conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhadas.

A educação não formal é uma área que o senso comum e a mídia usualmente não tratam como educação, porque não são processos escolarizáveis. A educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem que os indivíduos façam uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquiridas

a partir da experiência em ações coletivas, organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade etc.

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, por meio de organizações sociais, movimentos, programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das Organizações Não governamentais (ONGs) nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, da educação e da cultura. A música tem sido, por suas características de ser uma linguagem universal e de atrair a atenção de todas as faixas etárias, o grande espaço de desenvolvimento da educação não formal (GOHN, 2003, 2011). Dentre outras agências de educação não formal no campo da cultura, encontram-se cinemas, galerias de arte, museus etc. E as práticas não formais desenvolvem-se também no exercício de participação, nas formas colegiadas e em conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil.

Em síntese, a concepção deste estudo sobre educação não formal parte do suposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nascem, pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, da região, do território e da classe social da família – e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. Já a não formal engloba os saberes e os aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências envolvendo a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais etc. Há sempre uma intencionalidade nestes processos. Assim, a educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo no qual os indivíduos atuam como cidadãos. Ela aglutina ideias e saberes produzidos pelo compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos.

Nesse sentido, destaco que é preciso olhar para as possibilidades da educação não formal até para resolver e potencializar a educação formal. Às vezes, pergunto-me: “as coisas que preconizo para a educação não formal, a escola formal não deveria fornecer?”. E eu respondo que sim, pois formar para a cidadania está na lei maior da educação, na LDB. Mas a educação formal tem atributos próprios e específicos, oxalá possa cuidar bem deles, tais como, alfabetizar bem, apreender o básico sobre a arte da matemática, dar acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade etc. Tudo isso é formar o cidadão. Portanto, jamais um cidadão se forma apenas com a educação não formal. Mas, justamente a forma como está

estruturada a educação formal, burocratizada e normatizada, com dificuldade de flexibilidade nas agendas, resulta em dificuldades no processo formativo.

O profissional que vai trabalhar na escola hoje é extremamente carente de vários recursos. Não adianta falar que há livros na biblioteca e computador na escola se esse profissional não sabe usá-los ou não tem tempo no calendário de atividades. Os programas e projetos da educação não formal devem se cruzar, atuar e potencializar. Para isso, é fundamental que haja uma compreensão, por parte dos gestores das políticas públicas, sobre a necessidade da articulação do formal com o não formal. Então, problemas como violência, *bullying* e drogas, como devem ser trabalhados? Nas escolas, apenas a partir das estruturas curriculares que temos, sem trabalhar com educação não formal, eu não vejo saída.

2 ONDE SE DESENVOLVEM AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL?

É interessante como hoje estamos retomando conceitos que são da Geografia e que estão sendo ressignificados não mais com a perspectiva geográfica tradicional, mas em uma perspectiva quase de geopoder, no campo da geopolítica. Território, espaço, escala, região, lugar, localização, localidades, distâncias, cartografias, mapas, polaridades, polarização, cenários, paisagens, ambiente, comunidades locais etc. Essas categorias têm sido utilizadas para a compreensão de que a educação não formal poderá ocorrer tanto em espaços urbanos como rurais; tanto em espaços institucionalizados (no interior de um conselho gestor, por exemplo), como no interior de um movimento social, entre aqueles que lá estão participando e reivindicando, e vão aprender algo sobre um determinado tema – quem são os opositores, os encaminhamentos necessários; como poderá ocorrer ainda em outros espaços sociopolíticos, como nas ONGs, nos museus etc. Ou seja, a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou em uma instituição; ela ocorre pelo diálogo tematizado. A gestão de uma política social em um espaço público, ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, em que se juntam representantes do poder público com representantes da sociedade civil organizada, promove o exercício da educação não formal o tempo todo.

Os movimentos foram pioneiros na utilização dos processos de educação não formal, anteriores aos programas e projetos sociais das ONGs, que são dos anos de 1980 para cá. Já nos anos de 1970, quando tínhamos movimentos ligados às pastorais religiosas ou às comunidades eclesiais de base, a educação não formal estava presente, por exemplo, na aprendizagem para se fazer leituras do mundo. Reuniam-se os membros da comunidade em círculo, no salão paroquial, para discutir como eles recebiam os

salários e como se distribuíam esses salários. O objetivo era que os participantes tivessem uma compreensão do momento histórico que vivenciavam, do regime político vigente e do modelo econômico que apoiavam.

Analisava-se se a população estava sendo explorada ou não. Isso levou à formação do famoso Movimento do Custo de Vida, que teve papel muito importante na luta contra o Regime Militar, porque chegou a colher milhares de assinaturas e entregou uma carta ao então presidente da República, aglutinando vários outros movimentos sociais. Ou seja, nessa trajetória havia uma intencionalidade, com objetivos, práticas. Naquela época, com frequência, eram utilizadas cartilhas com desenhos e ilustrações para as ações educativas, nos processos de aprendizagem e na produção dos saberes, porque grande parte da população era analfabeta. A educação não formal operacionalizava-se em discussões e representações teatrais. A parte da cultura entrava via áreas das artes, tais como a dança, a música de protesto. Tudo isso atuava como forma educativa, no campo da educação não formal. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico, não se usam mais cartilhas, assim como os estudantes não escrevem tanto nos muros para protestar. São os *blogs* e as comunicações via internet que acabam desempenhando esse papel de mediação e interlocução entre os movimentos sociais.

Como exemplo de processo de aprendizagem via educação não formal e os movimentos sociais, cabe citar o movimento das mulheres. Muita coisa foi construída a respeito do lugar da mulher na sociedade, o respeito a seus direitos e a sua retirada da invisibilidade em que ela sempre esteve. Foi um caminho longo de lutas e conquistas. Isso se reflete em leis publicadas, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – a Lei Maria da Penha –, em políticas públicas e também em uma nova cultura política em que há valores que, progressivamente, foram se consolidando na sociedade dentro de novas visões. Quando a Lei Maria da Penha surgiu, ninguém sabia o que era; depois, foi se formando um acervo de conhecimento e material a respeito. Então, os movimentos de mulheres passaram a trabalhar o tema da lei (de combate à violência contra as mulheres), por meio de cartilhas, vídeos e palestras, tanto em escala local como na escala nacional. Tudo isso é educação não formal. Cito o caso de movimentos das mulheres, mas poderia citar também outros, como o dos portadores de necessidades especiais, responsável por várias conquistas e políticas destinadas a tais pessoas, para que se tornem sujeitos e deixem de ser invisíveis, ocultos na sociedade. São todos processos sociais, construções nas quais a educação não formal é o eixo articulatório básico. Outros exemplos são as ONGs, grande celeiro das práticas de educação não formal na atualidade, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento de projetos sociais, com grupos socioeconômicos em situação de vulnerabilidade.



As câmaras, os fóruns, os conselhos e outras instâncias normatizadas também exercitam a educação não formal, porque promovem a interação entre a sociedade civil e a sociedade política, necessitando do exercício de práticas cidadãs para que a interação se realize. Uma escola, por exemplo, tem de ter o conselho para a alimentação, em que está presente a representação de pais, da comunidade, dos dirigentes etc., pois, sem conselho, a escola não vai receber as verbas para o alimento. É algo obrigatório. Há práticas de educação não formal neste tipo de participação.

Com a globalização, as fronteiras nacionais têm limites tênues. Devido ao desenvolvimento dos novos meios de comunicação, temos as ações e mobilizações de movimentos transnacionais, que são atitudes novas deste século e que estão trazendo elementos para compreender a educação não formal. E, quando se aborda, por exemplo, a questão dos povos indígenas, nota-se que a divisão deles enquanto povo não se limita à divisão geográfica de um país. Desse modo, a educação não formal constrói no plano simbólico e ajuda a entender o alargamento das fronteiras ao introduzir a questão do transnacional.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA

A questão da metodologia merece um destaque porque é um dos pontos mais fracos na educação não formal, e a comparação com as outras modalidades educativas que utilizamos no item anterior não nos ajuda muito. De toda forma, na educação formal, as metodologias são, usualmente, planejadas previamente segundo conteúdos prescritos nas leis. As metodologias de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem são compostas por um leque grande de modalidades, temas e problemas, mas não irei adentrar neste debate porque não é a área de conhecimento que aqui está sendo analisada.

A educação não formal tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas. Nessa educação, as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados *a priori*. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. Não se subordina às estruturas burocráticas. É dinâmica. Visa à formação integral dos indivíduos. Nesse sentido, tem um caráter humanista. Ambiente não formal e mensagens veiculadas

“falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e geram nestes a motivação. Mas, como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não formal, há caminhos, percursos, metas e objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. Há metodologias, em suma, que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não formal.

Qualquer que seja o caminho metodológico construído ou reconstruído, é de suma importância atentar para o papel dos agentes mediadores no processo: educadores, mediadores, assessores, facilitadores, monitores, referências, apoios ou qualquer outra denominação que se dê para os indivíduos que trabalham com grupos organizados ou não. Eles são fundamentais na marcação de referenciais no ato de aprendizagem, carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, propostas, conhecimentos acumulados etc. Eles se confrontarão com os outros participantes do processo educativo, estabelecerão diálogos, conflitos, ações solidárias etc. Eles se destacam no conjunto e, por meio deles, podemos conhecer o projeto socioeducativo do grupo, a visão de mundo que está sendo construída, os valores defendidos e os rejeitados, ou seja, qual é o projeto político-cultural do grupo em suma.

Para finalizar a primeira parte deste texto, destaquei que também se diferencia a educação não formal de outras terminologias e propostas educativas, apresentadas como educação social, comunitária, popular, integral, permanente etc. A educação integral é um conceito que tem sido utilizado nos últimos tempos. Ela se refere à aprendizagem ao longo da vida, mas sem dar o foco em um recorte do ponto de vista de cruzamentos e articulações, não havendo grande ênfase na questão da cultura. Acaba sendo um conceito muito vinculado a habilidades necessárias que devem ser adquiridas para que se superem as adversidades da vida, de modo que a ideia-chave é capacitação permanente. Enquanto isso, a educação não formal tem outro lastro que advém de uma formação voltada para a cidadania, colocando a questão dos valores e da cultura, além de destacar a importância de pensar a inovação e a criatividade na medida em que se pensa sobre novos cenários e saídas para determinadas situações; com isso, a temática da emancipação humana retorna, tema que foi um pouco deixado de lado, como se fosse algo do passado. Logo, há um repensar sobre a questão do modelo civilizatório que a sociedade atual vivencia: muito centrado no consumo e no mercado, individualista. Coloco a educação não formal dentro desse campo mais amplo.

Entende-se a educação não formal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Sob hipótese alguma, ela substitui ou compete com a educação formal, escolar. Poderá ajudar na

complementação desta última, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada no território de entorno da escola. A educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, conforme a forma e os espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social.

4 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E O EDUCADOR SOCIAL QUE ATUA EM PROJETOS SOCIAIS

Definido e delimitado o campo da educação não formal, nosso próximo passo é: quem é e o que é ser um educador que atua na educação não formal? Como pensar a formação de educadores para que sua prática pedagógica inclua os valores das comunidades onde se encontram? Esta indagação pressupõe uma anterior: formar educadores para quê? Para atuarem junto às comunidades organizadas é a resposta, estando as práticas de educação não formal presentes. E o educador que lá atua deve ser denominado como Educador Social? Sabemos que o meio social onde se vive é sempre revestido de significados culturais. Mas estes significados somente são apreendidos com a participação. E participar não é apenas estar presente em algo, comparecer, ser um número. Participar é um processo, ativo, interativo, que se constrói.

O Educador Social é algo mais que um animador cultural, embora também deva ser um animador do grupo. Para que ele exerça um papel ativo, propositivo e interativo, deve continuamente desafiar o grupo de participantes para a descoberta dos contextos em que estão sendo construídos os textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc.). Por isso, os Educadores Sociais são importantes, para dinamizarem e construírem o processo participativo com qualidade. O diálogo, tematizado, não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação. E há metodologias que supõem fundamentos teóricos e ações práticas – atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos etc. O espontâneo tem lugar na criação; porém, não é o elemento dominante no trabalho do Educador Social, que tem: princípios, métodos e metodologias.

Seguindo a pedagogia de Paulo Freire (1980), haveria três fases bem distintas na construção do trabalho do educador social, a saber: a elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades, a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita e o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda a comunidade de um dado território, na implementação da proposta.

O aprendizado do Educador Social realiza-se como em uma mão-dupla– ele aprende e ensina. O diálogo é o meio de comunicação. Mas a sensibilidade para entender

e captar a cultura local, do outro, do diferente, do nativo daquela região, é algo primordial. A escolha dos temas geradores dos trabalhos com uma comunidade não pode ser aleatória ou pré-selecionada, sendo imposta do exterior para o grupo. Os temas devem emergir de assuntos gerados no cotidiano daquele grupo, que tenham alguma ligação com a vida cotidiana, considerando a cultura local em termos de: seu modo de vida, faixas etárias, grupos de gênero, nacionalidades, religiões e crenças, hábitos de consumo, práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade construídas no local. Ou seja, todas as capacidades e potencialidades organizativas locais devem ser consideradas, resgatadas, acionadas.

O Educador Social ajuda a construir, com seu trabalho, espaços de cidadania no território onde atua. Estes espaços representam uma alternativa aos meios tradicionais de informação a que os indivíduos estão expostos no cotidiano, por intermédio dos meios de comunicação – principalmente a TV e o rádio. Nestes territórios, um trabalho com a comunidade poderá construir um novo tecido social em que figuras de promoção da cidadania poderão surgir e se desenvolver, tais como os “tradutores sociais e culturais”. Estes tradutores são aqueles educadores que se dedicam a buscar mecanismos de diálogo entre setores sociais usualmente isolados, invisíveis, incomunicáveis ou simplesmente excluídos de uma vida cidadã, excluídos da vivência com dignidade. Partindo do senso comum, um novo sentido poderá ser construído pelos educadores/tradutores sociais e culturais. A cogestão democrática dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade é um suposto e um pressuposto insubstituível.

Informação, indicadores socioculturais e econômicos da comunidade, a contextualização desta no conjunto das redes sociais e temáticas de um município, assim como breves notícias sobre suas memórias e experiências históricas são parte do acervo de instrumentos para formar um Educador Social de e em uma dada região. Não gosto do termo capacitação, pois já tem uma conotação de negatividade: “o outro” é um incapaz e vamos lá capacitá-lo, levando algo. Penso, ao contrário, que vamos formar partindo de seus valores. Certamente que se leva também, há trocas, o processo é interativo. Toda comunidade tem o direito ao acesso a informações e ao conhecimento historicamente acumulado; mas, não se pode levar *a priori*, porque achamos e selecionamos previamente como bom e necessário.

Assim, tem de ocorrer primeiro a escuta, estabelecer o diálogo, captar as matrizes articulatórias de suas práticas discursivas, para, somente depois, poder diagnosticar o que será conveniente e apropriado, segundo as necessidades do grupo, ser “levado” para conhecer e debater, construindo um entendimento sobre o significado daqueles fatos e dados que irão se agregar ao conhecimento prévio já existente. Forma-se, a partir disso, uma espiral reflexiva

que resulta em um conhecimento fruto de um saber construído, mediante uma investigação emancipatória, porque foi construída a partir da cultura local, dos valores e pertencimentos da comunidade.

Todas as atividades desenvolvidas pelo Educador Social devem, também, buscar desenhar cenários futuros, já que os diagnósticos servem para localizar o presente, mas, também, para estimular imagens e representações sobre o futuro. O futuro como possibilidade é uma força que alavanca mentes e corações, impulsiona para a busca de mudanças. A esperança fundamental aos seres humanos reaviva-se quando trabalhamos com cenários do imaginário desejado, com os sonhos e os desejos de um grupo.

O Educador Social também atua junto aos diferentes movimentos sociais contemporâneos, tais como: os movimentos populares, que reivindicam melhores condições de vida e trabalho, no meio rural e/ou urbano; os movimentos identitários, que lutam por direitos socioculturais mais específicos; e os movimentos globalizantes, como o Fórum Social Mundial, A Via Campesina etc., que atuam enquanto mediadores e Educadores Sociais.

Em síntese, o Educador Social que participa de projetos sociais em uma comunidade, nos marcos de uma proposta socioeducativa, participa do processo de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados segundo o que existe, em confronto com saberes novos que se incorporam. Um grupo que conta com o trabalho de Educadores Sociais poderá desenvolver práticas de educação não formal significativa, qualificada. Nesse sentido, eles estarão aptos a participarem de processos sociais que envolvem a gestão da coisa pública, tais como os conselhos gestores e os colegiados escolares, pois participaram de exercícios de construção da cidadania.

5 QUAL É O PERFIL/PAPEL DO PROFISSIONAL (EDUCADOR SOCIAL) QUE ATUA NESSE CAMPO? ELE ESTÁ SENDO FORMADO PARA ATUAR?

Existem poucas pesquisas sobre o perfil do profissional. De 222 projetos que concorreram ao Prêmio do Itaú Cultural em 2007, havia um perfil que trabalhava com educação não formal: majoritariamente mulheres com ensino superior, não pertencentes à comunidade, em uma faixa etária por volta dos 30 anos, com formação predominante em Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

O papel desses profissionais é extremamente importante, porque sem a existência deles os projetos simplesmente não existem. Muitas vezes não existe uma programação e organização nos projetos como há na escola, a qual tem horários e estruturas disciplinadas por lei; então, o projeto estabelece muitas vezes uma determinação que acontece segundo o tempo em que existe, podendo depois ser avaliado e continuar a existir.

O papel profissional mudou um pouco com relação ao que ocorria antes, que era a filantropia, o voluntariado assistencialista, o trabalho ocasional mais ligado às mães ou a quem já se aposentou. Agora, há uma parcela grande que atua profissionalmente, que é contratada para atuar.

Quando se analisa o campo de formação, há uma grande polêmica. Os gestores têm uma formação de ensino superior; já os que ainda atuam na base, que implementam, poderão ou não ser formados, dependendo de que projeto, região social e classe social estão atendendo. Existe uma polêmica com relação ao Educador Social, porque estão em debate propostas para formar o profissional para atuar nessa área via cursos de Pedagogia Social (o profissional seria o Pedagogo Social). Esse é um modelo que vem da Alemanha e da Espanha e que encontra forte resistência aqui, porque criar Pedagogia Social significa dividir faculdades de Pedagogia que formam o pedagogo para atuar na escola (educação formal) e o para atuar em projetos. Isso é, pode-se criar uma barreira de dois tipos, quando a ideia é que uma não substitua a outra, mas que ambas se articulem.

E nesse modelo que forma o Pedagogo Social, o Educador Social acaba sendo reduzido ao mero técnico, porque não precisa quase de formação, não necessita de uma carreira universitária. A questão da formação, neste momento, está um debate. Há propostas tanto nas universidades quanto no campo da tramitação de leis. Em minha opinião, deveria ser formado tanto quem vai trabalhar com educação formal quanto com a não formal nas faculdades de educação, tratando as interações e possibilidades que uma poderia complementar a outra.

6 QUAL É O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO BRASIL? ONDE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDA?

O uso do termo educação não formal se espalhou no Brasil a partir dos anos 2000. Inúmeras ONGs e entidades do chamado Sistema S: Serviço Nacional do Comércio (SENAEC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional dos Transportes (SENAT) desenvolvem trabalhos na área social adotando a terminologia educação não formal. Ela está nas suas práticas, nos seus programas, bem como em programas de conglomerados financeiros como o Instituto Itaú Cultural. Algumas das análises dos projetos sociais desenvolvidos nestes espaços e instituições relatam que o público é formado por jovens e adolescentes que também estão na escola formal, mas lá não tem horário, nem condição de desenvolver uma série de projetos, como na área de informática, da música e do esporte. Assim, as entidades, por meio de convênios e parcerias, acabam desenvolvendo os projetos sociais em conjunto com as escolas.

Determinadas empresas – relacionadas ao terceiro setor e que desenvolvem programação para a área social,

também trabalham com educação não formal junto a comunidades variadas, especialmente em situação de vulnerabilidade social, associada à promoção da cidadania, inclusão social etc. Destaco, entretanto, que o uso da terminologia por muitas destas empresas produz um reducionismo de seu sentido e significado à medida que a educação não formal passa a ser associada a programa e projeto social para comunidades carentes. Não é este o sentido que atribuo ao termo, ainda que se reconheça estar entre estas comunidades o público que é o maior alvo dos projetos sociais. Neste estudo, educação não formal não é sinônimo de programação para pobres, é formação do ser humano em geral, é conquista, é direito social de todos (as).

7 NOTAS FINAIS

A educação não formal é fundamental na atualidade em vários campos e setores. Por exemplo, na questão dos afrodescendentes, ela está presente em projetos como Programa Universidade para Todos (Prouni), de inclusão social de afrodescendentes ou indígenas. Também na economia, a exemplo da economia solidária e a questão dos projetos educativos nas iniciativas de produção e sustentabilidade da comunidade. Essa microeconomia é vista, usualmente, como estratégia de sobrevivência e muitos fatores não se articulam bem porque os aspectos educativos poucas vezes são mencionados. Acredito que eles possam dar uma ressonância maior, uma compreensão maior das relações e dos processos envolvidos.

No plano da sociedade, nos meios de comunicação, quando um canal de TV ou um jornal, por exemplo, apresentam projetos sociais, nota-se um recorte que dá ênfase ao indivíduo isolado, considerado como um herói que venceu na vida. O caráter educativo, do processo social implícito, fica diminuído à medida que, ao invés de contar processos, como um grupo que se articulou para implementar algo, relata-se a história de personagens individuais, caindo nessa banalização que a mídia faz hoje ao apenas focar os “*pops stars*” e suas banalidades, não interessando a realidade do conjunto da população. A mídia podia trabalhar a questão da conscientização para a cidadania, mas não o faz. Na sociedade mais ampla, se surge a oportunidade de explicar sobre o tema, as pessoas concordam que a educação não formal é muito importante, mas não existe uma consciência sobre o assunto, um reconhecimento. Ela é relativamente nova, na sua dimensão educativa, para ser pensada como algo que se relaciona com a educação. Até hoje, há pessoas e escolas que têm muita resistência à educação não formal, que acham que é uma tarefa desempenhada somente pelas ONGs, e que são projetos que viriam para acabar e diminuir com o poder das escolas, da educação formal. Não se tenciona considerá-la em contraponimento à escola ou ao sistema escolar, tampouco como simples

complemento/reforço das atividades escolares. A educação não formal tem natureza, campo e especificidade próprios.

Creio que no Brasil não são construídas políticas públicas para fincar raízes como políticas de Estado. Usualmente, são sempre políticas de governo, e não de Estado. Assim, em bora uma experiência tenha dado certo na gestão “x”, vem a gestão “y” e apaga, substitui ou borra a experiência anterior. Para que se delineie um programa de articulação da educação não formal com a formal, sob a perspectiva emancipatória e com uma amplitude maior, ele não pode ser pontual ou experimental, destinado somente para algumas escolas; ao contrário, deve ter diretrizes mais gerais. Se não for assim, acaba caindo no aspecto que tratei anteriormente: o de uma educação para suprir algumas coisas que o ensino formal não está fazendo. Quando se adota nesse parâmetro de simplesmente complementar, cria-se um arranjo apenas. O caminho para a educação não formal se consolidar é, primeiramente, ter reconhecimento, ultrapassando essa ideia de complementação, de ser um ajuste – embora, na situação atual da conjuntura brasileira, já fosse um avanço realizar bem essa complementação.

A educação não formal tem um espaço próprio, a questão da formação da cidadania, de uma cultura cidadã, da emancipação, da humanização. A questão da cidadania não se restringe ao ato de votar. A educação não formal ultrapassa os processos de escolarização, tem a ver com o comportamento dos indivíduos em diferentes espaços da vida. Para se transformar em programa e obter resultados, ainda há muito a ser feito. Somente ocorrendo isso é que ela atingirá efetivamente seus objetivos. A educação não formal é uma ferramenta importante no processo de formação e construção da cidadania das pessoas, em qualquer nível social ou de escolaridade. Logo, destaca-se sua relevância no campo da juventude. Pelo fato de ser menos estruturada e mais flexível, a educação não formal consegue atingir a atenção e o imaginário dos jovens. E, quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social pelo resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Quando presente na fase de escolarização básica de crianças, jovens/adolescentes ou adultos – como se observa em vários movimentos e projetos sociais citados –, ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar – chamada por alguns de escola integral ou educação permanente. A educação não formal tem seu próprio espaço-forma cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como

modus vivendis, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política.

A educação não formal ainda não está bem consolidada, não é um conceito, mas todas as categorias e os conceitos se estabelecem em um campo de disputas pelo significado e demarcação do campo de atuação. Hoje, observamos no Brasil o discurso da “educação permanente” e da “educação integral”. Ou seja, por detrás de cada uma dessas terminologias, certamente há autores referenciais, há uma forma de ver o mundo, uma forma de conceber o processo de mudança e transformação social, de como a educação se insere. À medida que ficam mais claras essas construções, serão mais saudáveis o debate e o embate sobre essas formulações. Infelizmente, certos autores têm concepções místicas ou ortodoxas, defendem determinada forma e não querem saber de outra. É preciso que haja um debate mais aberto, com os pensamentos da educação não formal, as diretrizes, as possibilidades e operacionalidades.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. Sociologia da educação não formal. Reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, Antonio J. (Org.). **A Sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não formais. Usos do Passado. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto imagens**. Petrópolis: Vozes, 2009.

COLL, César. Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. Comunidade e escola: a integração necessária. **Pátio** – Revista Pedagógica, Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n. 10, p. 8-12, 1999.

CORTELA, Mário Sérgio. **Contribuições da educação não-formal para a construção da cidadania**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Community**. Cambridge: Polity, 2001.

FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da educação formal/não-formal**. Sion: Suisse Institut International des Droits de l'enfant-IDE, 2005.

GOHN, Daniel. **Autoaprendizagem musical**. São Paulo: Annablume, 2003.

GOHN, Daniel. **Educação Musical a Distância**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio** – Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 50, p. 17-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Não Fronteiras: universos da Educação não formal**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013a.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos brasileiros**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013b

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013c.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. O princípio sócio-comunitário e a integração sistêmica na educação: algumas considerações. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, Centro Unisal, ano 8, n. 14, p. 131-149, 2006.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. **A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008.

LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

POSTER, Cyril; ZIMMER, Jurgen. **Educação comunitária no terceiro mundo**. Campinas: Papirus, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Pedro. **Escola – família, uma relação armadilhada**. Interculturalidade e relações de poder. Porto: Afrontamento, 2003.

SIRVENT, Maria Teresa; TOUBES, Amanda; SANTOS, Hilda; LOLSA, Sandra LOMAGNO, Claudia. Revisión Del concepto de Educación No Formal. **Cuadernos de Cátedra de Educación No Formal – OPFYL**; Facultad de Filosofía y Letras UBA, Buenos Aires, p. 1-21, 2006.

STEPHANOU, Luís; MÜLLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Guia para a elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo: Sinodal; Fundação Luterana de Diaconia, 2003.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não-formal: um conceito em movimento. In: RUMOS ITAÚ CULTURAL (Org.). **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. v. 3. p. 13-42.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação Não-Formal**. Cenários da criação. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

UNESCO; PICPEMCE. **Guia para el mejoramiento de la producción de materiales para la educación formal y no formal**. Santiago do Chile: Unesco/Orealc, 1988.

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRILLA, Jaune. **La educación fuera de la escuela** – Âmbitos no formales y educación social. Barcelona: Editorial Ariel, 1993.

TRILLA, Jaune. El sistema de educación no formal: definición, conceptos básicos y âmbitos de aplicación. In: SARRAMONA, J. (Org.). **La educación no formal**. Barcelona: CEAC, 1992. p. 9-50.

TRILLA, Jaune. A educação não-formal. In: GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria A. **Educação formal e Não-Formal**. São Paulo: Ed. Summus, 2008. p. 15-58.

VIDAL, Jussara. **Um diálogo entre a política cultural e a educação não formal**: contribuições para o processo de constituição da cidadania das pessoas com deficiência. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação popular, metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

WERQUIN, Patrick. Recognizing non-formal and informal learning: Outcomes, policies and practices. **OECD**, OECD Publib, [s. p.], 2010.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovith. (Org.) **Pobreza e desigualdade no Brasil**: Traçando caminhos para a inclusão social. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

Recebido em: 23/11/2016
Aprovado em: 22/12/2016